

Mesmo na pandemia, o cuidado não pode parar: mídia e educação na prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas**Even in a pandemic, care cannot stop:
media and education in preventing and combating violence against women and girls**

Regiane Cristina TONATTO*

Denise Rosana da Silva MORAES**

RESUMO: Este estudo tem como objetivo refletir sobre as experiências com mídia e educação nas ações de enfrentamento à violência de gênero, antes e durante a pandemia de COVID-19. Para isto, o artigo se vale de revisão bibliográfica de práticas educacionais de prevenção, denúncia e combate à violência contra meninas e mulheres, e possíveis comparações entre os dois períodos. A análise aponta para o desafio da educação em elaborar práticas que corroboram para o enfrentamento do problema da violência de gênero, com a devida atenção à inclusão de grupos em situações de desigualdades sociais diversas, amplificadas pela crise pandêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Educação. Violência. Mulher. Práticas.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the experiences with media and education in actions to confront gender-based violence, before and during the COVID-19 pandemic. For this, the article uses a bibliographic review of educational practices for preventing, denouncing and combating violence against girls and women, and possible comparisons between the two periods. The analysis points to the challenge of education in developing practices that corroborate with the confrontation of the problem of gender violence, with due attention to the inclusion of groups in situations of diverse social inequalities, amplified by the pandemic crisis.

KEYWORDS: Media. Education. Violence. Women. Practices.

1 Introdução

Desde março de 2020, a vida das pessoas, tanto no Brasil quanto no mundo, sofreu mudanças como jamais se imaginaria, isto em função da ocorrência da pandemia denominada COVID-19. Esse panorama obrigou o mundo a rever suas políticas e novas demandas foram incorporadas emergencialmente às vidas dos cidadãos, era preciso conter a escalada desse vírus,

* Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - campus de Foz do Iguaçu-PR), Membro do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), <https://orcid.org/0000-0002-5728-5284>, regitonatto2@gmail.com e regiane.tonato@unila.edu.br.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), Profa. Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - campus de Foz do Iguaçu-PR), <http://orcid.org/0000-0002-2991-0214>, denisepedagoga@gmail.com e denise.moraes@unioeste.br.

ainda desconhecido pela maioria dos pesquisadores, que se debruçaram diuturnamente para conhecê-lo mais detidamente.

Uma demanda em especial, como medida de contenção do vírus, foi a obrigatoriedade de distanciamento social, algo nunca vivido e experienciado pela maioria dos brasileiros. O que significou isso? A começar pelas escolas, local em que o distanciamento é frágil, pela própria comunidade que lá se encontra, crianças e adolescentes que têm dificuldade de cumprir medidas restritivas, e mesmo pela própria organização da escola, salas com número grande de alunos, por exemplo. Assim, em março ainda, as escolas foram fechadas para que a comunidade estudantil, no Brasil em torno 47,3 milhões de estudantes matriculados na educação básica¹, sem contar o Ensino Superior, tivesse resguardada sua condição de saúde, através de controle do contato e no convívio com outras pessoas. Essa tomada de atitude não ocorreu sem inúmeras críticas, das mais variadas esferas sociais. Junto com esse novo desenho social, profissionais liberais, comerciantes, empresários dos mais diversos ramos foram obrigados a fechar as portas e ou reduzir o número de acesso à comunidade, também como forma de prevenção, já que a COVID-19, além de ser extremamente infectante, sofre mutações que a torna mais letal.

Nessa esteira de vida e trabalho, no campo da educação, logo as professoras e os professores foram orientados, cada qual a seu modo, a retomar as atividades pedagógicas, agora com o uso da *internet*, pelos seus *smartphones*, computadores, *tablets*. Inicia-se o ensino remoto, mesmo sem o preparo dos professores para esse fim. Com isso, esses acessos se deram em alguns casos, de modo improvisado e rudimentar. Na escola, o ensino remoto e no mundo do trabalho, para alguns, o trabalho remoto. A depender da situação socioeconômica de cada família, muitas pessoas, em especial mulheres, viram-se obrigadas a abandonar trabalhos remunerados, em razão de demissões, dispensas sem possibilidade de trabalho remoto, entre outras realidades, e passaram a se dedicar ainda mais ao cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência, ao trabalho doméstico e a outras atividades extras incorporadas à rotina pessoal, profissional, familiar e doméstica dessas mulheres. Tiveram, ainda, aquelas que acumularam o trabalho remoto e a nova rotina em casa.

¹Segundo matéria publicada no site do Governo Federal, intitulada “Educação Básica teve 47,3 milhões de matrículas em 2020”. Brasil. [Site institucional]. Brasil, 29 de jan. de 2021. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20existiam%20no,579%20mil%20matr%C3%ADculas%20a%20menos>. Acesso em 24 março 2021.

Assim, podemos perceber por meio das inúmeras narrativas o quão os impactos dessa pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus ou SARS-CoV-2, não se estabeleceram de modo igualitário para os diferentes grupos sociais. Já são vários dossiês organizados (LIMA, MORAES, 2020; MORAES, SUZUKI e BORGES, 2020; SOARES, CIDADE, CARDOSO, 2020, entre outros pesquisadores de extrema relevância para o tema) contendo relatos, especialmente de mulheres na pandemia. Neles, elas retrataram a distribuição desigual de tarefas entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho sendo reproduzido de modo ampliado, trazendo à tona uma cultura patriarcal ainda muito presente em nossa sociedade. Segundo Biroli (2018, p. 13), esta divisão é a “base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres”. Possivelmente, neste momento, o que podemos perceber são mulheres e meninas mais sobrecarregadas e com menos tempo para a dedicação aos estudos, à leitura e ao lazer. Ainda mais, com as escolas fechadas e as crianças em casa, muitas delas sem acesso à internet e com condições precárias de vida.

Outra preocupação constante com mulheres e meninas durante a pandemia foi e tem sido o aumento de casos de violência silenciosa e silenciada que estamos enfrentando. Segundo Melo e Ivo (2020), a crise pandêmica demonstra a vulnerabilidade enfrentada por elas, em especial pelas mulheres negras. Para as autoras, essa realidade não é aleatória, mas sim, produto de discriminações e desigualdades sustentadas por atitudes, crenças, práticas, normas sociais, sistemas e estruturas de poder, com base interseccional. Conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)², ocorreu um aumento médio de 14,1% no número de denúncias realizadas ao Ligue 180 nos primeiros quatro meses de 2020, em relação ao mesmo período do ano de 2019. Estes números ainda não representam a realidade das mulheres e meninas, pois nem todas elas têm possibilidades de denunciar, conforme expressa Ferreira (2019, p. 6). Para essa autora, neste processo, existem muitos “obstáculos psicológicos, emocionais como medo diante de ameaças, sociais, culturais, entre outros para tomar a decisão de dar sequência ao registro da ocorrência e o percurso dos encaminhamentos devidos”.

² Segundo matéria publicada no site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, intitulada “Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020”. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. [Site institucional]. Brasil, 14 de maio de 2020. Disponível em <https://ouvidoria.mdh.gov.br/>. Acesso em 24 março 2021.

As possibilidades de denúncia, apoio e atenção às mulheres e meninas em situação de violência se tornaram um pouco mais complexas com a pandemia. Isoladas fisicamente de redes de proteção e com o sistema de saúde saturado, novas medidas precisaram ser pensadas para acolhê-las na atual situação. Em julho de 2020, a ONU Mulheres ofereceu um documento contendo orientações e recomendações para auxiliar na garantia do acesso das mulheres às medidas cabíveis às situações de violência que estejam vivenciando durante o período de pandemia. Segundo este documento (PASINATO, 2020), novos fatores agravaram a situação de violência de gênero contra meninas e mulheres, de todas as idades, foram eles: medo de contaminação e adoecimento; comprometimento da saúde mental; luto pela perda de familiares e amigos; falta de autocuidado expondo a família a riscos; aumento do consumo de álcool e/ou de outras drogas; desemprego e/ou dificuldades financeiras e conflitos relacionados ao cotidiano doméstico e cuidados com crianças, doentes e idosos.

Para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2020), os dados apontam para o fenômeno da persistência da violência contra as mulheres e meninas na pandemia, nomeando-a ainda como uma “pandemia en la sombra”, na medida em que, em média, a cada três mulheres, uma convive com a violência física, psicológica e/ou sexual e encontra-se em risco que pode resultar em feminicídio. Sabemos que, em qualquer idade e em qualquer lugar, público ou privado, mulheres e meninas estão constantemente em risco de sofrer algum tipo de violência de gênero. Na trama das desigualdades e discriminações, encontram-se atreladas ao gênero as dimensões de raça, etnia, diversidade sexual, classe, entre outras.

A escola com seus espaços educativos, como o ciberespaço na atualidade, precisa continuar tendo atenção ao cuidado com mulheres e meninas, pois ela é capaz de buscar a transformação e a eliminação das diferenças e de oferecer ações educativas de enfrentamento à violência e de prevenção em tempos de pandemia. Por isso, neste artigo, procuramos trazer à luz a discussão de práticas pedagógicas que se embasam no enfoque “mídia e educação”, como alternativa à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero. Para isto, relacionamos produções científicas (desde 2015) que se apropriam do campo dos Estudos Culturais (EC) para a construção de práticas pedagógicas de prevenção, denúncia e combate da violência contra a mulher nos ambientes de aprendizagem. Ademais, sobretudo no período pandêmico, apresentamos alguns avanços e contributos acadêmicos acerca da temática.

O objetivo deste texto é, assim, refletir sobre as experiências com mídia e educação nas ações de enfrentamento à violência de gênero, antes e durante a pandemia de COVID-19. Para isto, este artigo se vale de revisão bibliográfica de práticas educacionais de prevenção, denúncia e combate à violência contra meninas e mulheres, e possíveis comparações entre os dois períodos, pois a crise pandêmica trouxe novos desafios educacionais com relação ao cuidado com meninas e mulheres, em especial, com as negras, pobres e periféricas. Com o aumento da carência de demandas básicas de saúde, alimentação, emprego e educação, a pandemia agravou a situação da violência. Com relação ao cuidado que pode ser realizado pela escola e pela universidade como rede de apoio e proteção, é preciso um olhar atento às vulnerabilidades já existentes antes da pandemia, que colocam determinados corpos em uma situação de risco de violência ainda maior.

Este artigo desenvolve-se numa perspectiva de gênero, na medida em que consolida todas as mulheres como sujeitos de direitos e na perspectiva de educação para a alteridade³ sensível ao gênero e à diversidade, no sentido de promover um diálogo positivo, assertivo, criativo e inovador entre cultura, mídia, inclusão e educação. Com isso, procuramos analisar as experiências a partir da aplicação da interseccionalidade, baseada em Akotirene (2019, p. 19), como conceito que possibilita instrumentalizar a análise para uma visão de “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, na tentativa de impedir reflexões isoladas, sem as interconexões necessárias entre relações de poder e cruzamento de opressões, em especial de classe, de raça e de gênero.

Assim, este artigo está organizado metodologicamente, com a apresentação, resumida, do que são práticas educacionais inclusivas, a importância da interação e do diálogo nas ações de enfrentamento das discriminações e desigualdades de gênero na educação, déficit na formação de professores para o uso das mídias e tecnologias em suas práticas pedagógicas, bem como, a acessibilidade aos recursos midiáticos e tecnológicos, antes e durante a pandemia e dados, breves, que evidenciam a situação do ensino nesta crise pandêmica.

No segundo momento, estabelecemos a relação entre mídia e educação e as relações de poder e transformações sociais e culturais contemporâneas. Discutimos os impactos que as desigualdades de gênero, ampliadas em razão da pandemia, geram na educação e na vida de

³ Neste estudo, a alteridade é compreendida sob o viés da Filosofia da Alteridade de Emmanuel Levinas (1906-1996), quando outrem é percebido como parte de mim. Segundo este filósofo, “A alteridade só é possível a partir de *mim*” (LEVINAS, 2015, p. 26, grifo do autor). Desse modo, para que exista a alteridade no cuidado de outrem, a responsabilidade ética deve vir em primeira ordem daquele que decide por cuidar e acolher.

meninas e mulheres. Além disso, refletimos sobre a importância da educação e da escola nas ações de enfrentamento do problema da violência e no fortalecimento da rede de apoio como forma de garantir o cuidado e proteção às meninas e mulheres.

Mediante a reflexão de produções acadêmico-científicas desenvolvidas antes da pandemia, focadas em práticas educacionais de prevenção, denúncia e combate à violência contra a mulher nos ambientes educacionais, realizamos, no terceiro momento, aproximações entre mídia, educação e prevenção da violência de gênero.

Finalizamos o texto com o desenho de alguns avanços em meio à crise pandêmica, novos desafios educacionais com relação ao cuidado com meninas e mulheres, por meio da ressignificação de práticas pedagógicas. Ademais, refletimos a respeito do uso da mídia nas pedagogias como tecnologia cultural na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero contra este público.

Todos os riscos que mulheres e meninas estavam sujeitas antes e estão sujeitas muito mais agora em decorrência da pandemia, obriga-nos a repensar esse cuidado e atenção que elas necessitam. Toda a possibilidade de interagir com elas, seja de modo presencial ou não, mediado por computador, *smartphone* ou celular, é uma chance de escutá-las, cuidar delas e principalmente, percebê-las em seu contexto, possibilitando inclusive intervenções significativas e propositivas. A importância de estarmos bem-informados sobre os recursos tecnológicos de denúncia, contatos da rede de apoio local, protocolos municipais e de todos os direitos que as mulheres e meninas possuem para se manterem a salvo. Mesmo que convivamos com esta pandemia, que nos aflige e nos fragiliza cada dia mais, com plena consciência de todos os problemas e desigualdades que ela gerou e ainda será capaz de gerar, defendemos que o cuidado não pode parar. De todo o modo, é preciso olhar atento para todas as pessoas que possam estar em situação de violência, seja em casa ou em outro local que apresente condições não seguras, assim como atenção às relações vivenciadas na internet. Contribuir para o fortalecimento das redes de apoio é uma estratégia importante para a garantia da vida de muitas mulheres e meninas que se encontram ameaçadas.

2 Práticas pedagógicas inclusivas

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁴ é um novo marco de monitoramento da educação. Embora o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) seja focado em gênero, outros objetivos também apoiam o empoderamento das mulheres e podem ter efeitos importantes sobre a igualdade de gênero no trabalho, na saúde e na nutrição, entre eles o ODS 4, que diz respeito à educação inclusiva, equitativa e de boa qualidade. Já o Marco de Ação da Educação 2030, criado como um roteiro para ação da comunidade internacional em prol do alcance do ODS 4, reafirma o compromisso que os governos têm de estabelecer políticas, planos e ambientes de aprendizagem sensíveis a gênero.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a meta 4.5 no Brasil difere da mesma meta das Nações Unidas, pois considera o recorte racial como sendo mais acentuado que o recorte de gênero, alterando a redação para “Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade [...]” (IPEA, 2021). A meta 4.7 foi mantida sem alteração. Ela associa o ensino ao desenvolvimento sustentável e à conscientização social, por meio da promoção de direitos humanos e da igualdade de gênero.

Dados sobre a implementação dos ODS no Brasil podem ser acessados pela plataforma oficial de divulgação dos indicadores brasileiros para a Agenda 2030⁵. Entretanto, indicadores como “o grau em que (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas (a) nas políticas nacionais de educação; (b) nos currículos escolares; (c) na formação de professores; e (d) na avaliação de estudantes”, encontram-se na categoria sem dados. É importante destacar que a valorização do objetivo de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade com foco na isonomia não é novidade no país, pois além de integrar os Objetivos do Milênio (ODM), que precederam os ODS, a educação é considerada um

⁴ Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram em Nova York para discutir estratégias de erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Nesta ocasião, os representantes dos Estados-membros adotaram um pacto pelo desenvolvimento sustentável, por meio do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza, promover vida digna para todos e transformar o mundo num lugar mais sustentável e resiliente até 2030.

⁵INDICADORES brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://ods.ibge.gov.br>. Acesso em 19 mai. 2021.

direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação) e em leis e regulamentações de Estados e Municípios.

Portanto, é dever do Estado e da sociedade garantirem o acesso a todos, inclusive daqueles que podem enfrentar algum obstáculo à educação. O processo educativo engloba aspectos teóricos e práticos, como o processo de aprendizagem, que em toda a sua complexidade deve ser pensado de maneira inclusiva. Ao considerar que o processo educativo se caracteriza pela interatividade, não pode ser uma reprodução, mas existir pelo encontro com outrem, constituindo-se um acontecimento autoformativo. Assim, educar para a sensibilidade requer o exercício de práticas solidárias, de abertura às diferenças e à diversidade.

A escola constitui-se um lugar privilegiado no processo de socialização e humanização dos sujeitos, ela pode servir de palco para as práticas reflexivas sobre a realidade e estimular a convivência de maneira justa em sociedade. Na escola, podemos e devemos interagir uns com os outros para aprender que:

A interação é um processo no qual o sujeito se engaja. Alguns reflexos básicos o recém-nascido traz consigo em sua genética, mas o conhecimento do sujeito depende de seu contínuo aprendizado em relação ao seu meio. Não há, pois, como separar esse sujeito de sua cultura, de seus pares ou opositores, da política, de suas crenças religiosas (ou ausência delas), da linguagem, das instituições etc. (PRIMO, 2008, p. 72)

Na lógica da diversidade, a interação e o diálogo precisam estar presentes nas práticas pedagógicas que visam a inclusão e a equidade como possibilidades para o enfrentamento das discriminações e desigualdades. Dessa forma, a experiência vivida por meio destas práticas torna-se um importante instrumento de reflexão para o sujeito sobre sua realidade e a de outrem. Segundo Paulo Freire (2009, p. 47), o sujeito é um “ser de relações, e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, o que o faz ser o ente de relações que é”.

As práticas pedagógicas permitem a troca e a aquisição de conhecimento, mas de tempos em tempos, precisam ser ressignificadas. Para Nunes (2001), elas são construídas e reconstruídas por meio das trajetórias e percursos formativos e profissionais daquele que se reconheça mobilizador de saberes, conforme a necessidade de utilização dos conhecimentos e da realidade dos educandos.

Há tempos, a formação de professores pensa sobre o embate entre práticas pedagógicas e tecnologias midiáticas, mas nunca foi tão necessário o debate como na atualidade. Como expressa Fischer (2007), todas as mídias, seja o rádio, a televisão, a carta, a internet, são importantes para as experiências contemporâneas, em cada lugar do mundo, tem sua função, seja na produção, na veiculação, no consumo ou para outro uso. O que nos motiva a refletir sobre as relações entre mídia e trabalho pedagógico escolar são “os modos de apreender os fatos da cultura, pelos mais jovens, modos que assumem particularidades quando vistos a partir do olhar de educadores, no cotidiano das vivências escolares” (p. 293).

Especialmente nesse momento pandêmico, o acesso a uma mídia tem auxiliado tanto no que se refere ao acesso à escola, e pelas redes sociais, acesso à realidade tal como acontece. Entretanto, contraditoriamente, de acordo com Moraes, “No Brasil, 40% das crianças escolares não têm acesso a internet e nem computadores em suas casas, algumas vivendo em situação de miséria absoluta” (2020, p.66). Isso tem agravado as situações de violência nas casas brasileiras, com aumento substancial de casos.

Conforme a segunda edição do estudo *Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, produzido no ano de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), os dados do PNAD Contínua⁶, as mulheres brasileiras estavam em média mais instruídas que os homens e apresentaram melhor rendimento escolar, por outro lado, os indicadores econômicos demonstraram diferenças marcantes por rendimento domiciliar *per capita*, onde elas continuam a receber menos e a se dedicar mais às atividades de cuidados e afazeres domésticos que os homens. Segundo o mesmo estudo, as taxas de abandono e as taxas ajustadas de frequência escolar líquida apontavam para a maior ocorrência de atraso escolar entre os homens.

Embora os dados em 2019 apresentassem uma discreta redução do nível de desigualdade de gênero na educação, os efeitos da pandemia tendem a modificar qualquer um desses indicadores. A mudança já acontece na economia, com a acentuada diminuição nas taxas de participação na força de trabalho da mulher. Conforme PNAD Contínua, a taxa de desocupação feminina do mercado de trabalho a partir do 3º trimestre de 2020 foi de 16,8%, enquanto a

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019, visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 19 maio 2021.

masculina foi de 12,8%. Neste mesmo período, os dados apontaram para uma parcela de 64,2% de mulheres fora do mercado de trabalho. As barreiras financeiras impactam a vida dessas mulheres, e também de seus filhos e filhas.

Para Carneiro (2021, p. 28), “Em períodos de crise econômica e austeridade, as disparidades de raça, gênero e renda costumam aumentar [...] Crianças e adolescentes negras são maioria em famílias em situação de vulnerabilidade”. Os efeitos da pandemia são tão desiguais que o resultado é a violação do direito à educação à população negra, pois “há três vezes mais não-brancos sem acesso à educação em período de isolamento social” (CARNEIRO, 2021, p. 24). Portanto, a situação de vulnerabilidade de alguns grupos sociais em tempos de pandemia traz à luz a questão da violência contra meninas e mulheres, em especial negras, pobres e periféricas, onde nem mesmos os números podem representar de fato o agravamento da situação que já existia antes da pandemia, “A análise isolada pode não refletir a realidade sobre o padrão de comportamento em meio à quarentena [...] a chegada do vírus revelou outra epidemia há muito tempo conhecida e o seu agravamento” (BAGGENSTOSS, LI, BORDON, 2020, p. 338).

Moraes (2020, p.50) expressa em relação à pandemia “que se trata de uma crise sem precedentes, que gera tensão e apresenta a fragilidade e a inexistência de políticas públicas que deem conta de promover o cuidado aos cidadãos, saúde e educação, emprego e subsistência”. Para a autora, essa inexorável realidade, “tem maior impacto e reflexo junto às populações mais pobres que dependem de auxílio do poder público, têm sido as mais afetadas, têm tido dificuldades para conseguir itens básicos de sobrevivência e assim ficam à margem e expostos a COVID/19” (MORAES, 2020, p. 50). Essa vulnerabilidade eleva a insegurança das mulheres pobres, sobretudo, as mulheres negras.

A pandemia explicita as vulnerabilidades das mulheres, seja em relação ao trabalho doméstico, às desigualdades sociais, ao desemprego e ao trabalho informal, assim como à violência doméstica, que tratamos nesta pesquisa. Ao realizar uma análise crítica acerca dos dados que apontam para o aumento dessa violência em diversos estados brasileiros, restou demonstrada a necessidade de se lançar um olhar para além dos números e da universalização da categoria “mulher” que eles geram. (BAGGENSTOSS, LI, BORDON, 2020, p. 355).

A pandemia traz um desafio educacional ainda mais importante, cuidar mais das meninas e mulheres que estão vivendo nesse contexto pandêmico. As metas para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de boa qualidade estão distantes, mas é preciso problematizar bem como,

repensar a influência da educação no problema da violência de gênero, na importância de se reformular e incorporar aos conteúdos transmitidos remotamente ou presencialmente, direta ou indiretamente, temas relacionados às desigualdades sociais, de gênero, raça, classe, entre outras, e desenvolver ações de promoção da cultura de paz, do respeito e da humanidade que atinja a todos.

3 Mídia; Educação e Pandemia

O processo de aprendizagem para Guillermo Orozco Gómez (2006), no paradigma da tecnologia informacional, tem sua premissa baseada na exploração, descobrimento, que difere da imitação ou mesmo da reprodução que ainda é a base da educação formal.” Na verdade, debater e repensar os motivos da educação e da comunicação em uma grande mudança de época como a atual é o que necessitamos continuar fazendo” (p.97). Eis que fomos submetidos abruptamente a uma mudança de paradigma, a escola formal tem suas portas fechadas por uma questão sem precedentes de crise sanitária pela COVID-19, e são inseridas nesse mesmo ritmo as escolas/casas online. As mídias e seus artefatos de cultura muitas vezes deslegitimados no campo da educação e da escola, nesse momento são poucas as alternativas de acesso aos conteúdos escolares.

Dados do PNAD COVID-19 (IBGE, 2020), expressam que durante a pandemia, 5,9 milhões de estudantes da rede pública ficaram sem acesso às atividades escolares durante a pandemia em 2020, desse total, 4,3 milhões eram negros e indígenas. O evento expôs severamente as desigualdades sociais já existentes na sociedade brasileira e as insuficiências das políticas públicas e dos serviços. Desse modo, o cenário é marcado pelo desemprego e precarização do trabalho, resultando em mais processos de violência e expropriação. Diante de uma sociedade tão desigual, entender as diferentes manifestações de violência é uma tarefa árdua. Assim como, compreender a violência instalada no cotidiano e os desafios de todo o processo educacional diante dela, principalmente do ponto de vista dos aspectos pedagógicos.

A violência contra mulheres e meninas, mais marcadamente nesse momento pandêmico, é uma violação dos direitos humanos e consiste em um problema social grave de múltiplos determinantes e que tem sua origem na construção sócio-histórica e cultural das relações de poder e na assimetria entre os gêneros. Nesse sentido, é importante perceber a escola como espaço constituído e atravessado por representações de gênero, que produzem e dão significados a essas representações, assim como outras instituições e instâncias sociais. A escola também representa alternativa de anúncio e denúncia.

Ademais, não é possível pensar em educação nos tempos atuais deslocada da mídia, assim como não é possível pensar na relação entre mídia e educação e não estabelecer aproximação delas com as relações de poder ou com as transformações sociais e culturais contemporâneas. Como expressa Fischer (2007), no centro dessas transformações podemos verificar as mudanças nos modos de existência contemporâneos. Estes modos influenciam nossas práticas cotidianas, conseqüentemente provocam mudanças na escola e nas práticas pedagógicas, que “se transformam, particularmente no que se refere às nossas experiências com os saberes, às trocas com os outros, às formas de inscrever-nos no social, de escrever, de falar, de pensar o mundo e a nós mesmos” (p. 291).

Um campo teórico que tem se debruçado a pensar os contextos, bem como as mídias e suas possibilidades, é o dos Estudos Culturais, onde pesquisadores como Simon (2013, p. 61), expressam que podemos pensar na pedagogia como uma tecnologia cultural de transformação social e a escola como local de política cultural.

Pensadas dessa forma, as escolas são os equivalentes de “máquinas de sonho” - conjuntos de práticas sociais, textuais e visuais planejadas para provocar a produção de significados e desejos que podem afetar a ideia que as pessoas têm de suas futuras identidades e possibilidades. O aparato produtivo em questão aqui é o conjunto de práticas organizacionais curriculares e pedagógicas que contribuem para definir as formas pelas quais o significado é produzido, pelas quais as identidades são moldadas e os valores contestados ou preservados. São essas práticas que chamo “tecnologias culturais” - esforços deliberados para estruturar os processos de semiose, isto é, a forma pela qual os signos são mediados quando as pessoas tentam atribuir significado a aspectos de sua própria existência e da de outros. (SIMON, 2013, p. 67)

Segundo o último relatório da Unesco (2019) sobre violência na escola e *bullying*, uma das causas subjacentes das violências praticadas por crianças e jovens nas escolas é resultado das dinâmicas de poder desiguais. Além disso, o relatório demonstra que a discriminação e as relações de poder e de gênero estão por trás do comportamento violento.

Entretanto, a violência escolar é, por vezes, ignorada e invisibilizada por professoras e professores e pelos profissionais da educação. Por uma série de fatores estruturais e contextuais mais amplos, a escola tem dificuldade de lidar com as questões que envolvem a violência, e isso tende a não favorecer o seu enfrentamento. Conflitos não podem ser menosprezados, pelo contrário devem ser apresentados, debatidos e podem ser mediados por metodologias que conduzam à

elaboração da cultura de paz e não violência, da cidadania e da valorização da diversidade. Estudantes precisam conhecer e discutir os principais problemas que acontecem no cotidiano, e a escola é o lócus deste debate.

A escola deve ser um espaço genuíno de promoção da justiça social e de gênero, suas práticas pedagógicas podem levar ao diálogo sobre as causas e consequências da violência, como a discriminação, o preconceito, a intolerância; e assim, introduzir a cultura inclusiva, dando novos sentidos às diversidades. Para a agência especializada das Nações Unidas, a UNESCO (2019, p. 39), “A educação desempenha um papel vital na prevenção da violência, dentro das escolas e na comunidade em geral, ao transmitir valores de cuidado pelo outro, respeito pelos direitos humanos e uma cultura de paz e não violência.” O relatório traz ainda as ações prioritárias necessárias para superar os principais desafios para combater a violência escolar e o *bullying*, para que todas as crianças e adolescentes estejam seguros e inclusivos no ambiente escolar. Entre elas, a formação da equipe educacional e dos estudantes para prevenir e combater a violência por meio de abordagens positivas e não violentas de gênero, desde a gestão até a disciplina em sala de aula.

Uma estratégia que vem sendo implementada nas escolas e nas comunidades, tanto para identificar expressões de violência quanto para promover formas de enfrentamento da violência escolar e do *bullying*, são os círculos restaurativos⁷. Eles podem contribuir para a instauração de práticas dialógicas e para a construção de acordos que desconstroem a cultura de violência e promovem a cultura de paz entre todos que convivem nos ambientes de ensino e aprendizagem. Principalmente, no sentido de que a voz das mulheres e das meninas sejam ouvidas, e isso faz toda a diferença no empoderamento de gênero, por exemplo.

4 Aproximações entre mídia, educação e prevenção: antes da pandemia

A partir da ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico®, realizamos combinações e aproximações entre os temas relacionados neste estudo. Dessa forma, a procura foi por “práticas pedagógicas” de prevenção da “violência contra a mulher”, com base nos “Estudos Culturais”, no estudo da “mídia” como artefato cultural e na “alteridade”. No total, tivemos acesso a vinte e cinco

⁷ Círculos restaurativos, ou círculos de construção de paz, integram a chamada Justiça Restaurativa, que atua para restaurar as relações rompidas por conflitos. Porém, também podem ser utilizados para discutir temas sensíveis em diferentes espaços de convivência. Cf. PRANIS, Kay. Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz: Guia do Facilitador. Tradução: Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Departamento de artes gráficas; 2011. Disponível em https://site.mppr.mp.br/arquivos/Image/Nupia/guia_do_facilitador_de_circulo_da_paz_por_kay_pranis1.pdf. Acesso em 20 maio. 2021.

(25) textos em revistas científicas, a datar do ano de 2015. Destes, apenas os textos com a palavra “gênero” no título foram selecionados. Dessa forma, foram analisados em sua completude, onze (11) textos.

O primeiro texto, publicado na Revista Reflexão e Ação, dá ênfase às práticas midiáticas na educação, abordando as discussões de gênero e sexualidade no âmbito escolar, principalmente o cinema. Em sua pesquisa, Machado (2016) defende a educação intercultural crítica, na qual o audiovisual é visto como possibilidade de ensino por meio da repercussão que as imagens, falas e roteiros causam no sujeito que vê, ouve e participa da prática. Portanto, esse autor considera o cinema como artefato cultural que gera reflexão, crítica e leitura de mundo, permitindo ao ser humano evoluir e superar certas dicotomias que produzem sérias dificuldades para o convívio fraterno e igualitário. São novos olhares sobre o uso do audiovisual na sala de aula que nos motivam em direção a novas práticas de linguagem, de sensibilidade e alteridade.

O segundo texto trata-se da dissertação de Gomes (2017), da Universidade Federal de Juiz de Fora, que teve como objetivo ouvir os docentes sobre suas abordagens nos temas de gênero e diversidade. Nesse texto, o autor conta como são os projetos realizados na escola e dedica-se a apresentar os modos de endereçamento como práticas para articular e envolver as pessoas na renovação daquele lugar para que exista respeito às diferenças.

Na monografia do Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola, Warken (2016) apresentou a importância dos materiais midiáticos disponibilizados por meio do ciberativismo dos movimentos sociais de gênero para a formação docente, na reflexão sobre gênero nas suas diversas relações e na educação. Para a pesquisadora, a escola é “espaço de construção de conhecimentos por meio das relações com as diversidades do ser, onde não se faz mais tolerável este ambiente ser conivente com omissão do diálogo sobre gênero e sexualidades” (p. 69). Além disso, caracteriza a internet como caminho de informação e formação.

Em 2018, Dantas (2018) apresentou a tese intitulada “Mediações sobre gênero, sexualidade e violências: caminho metodológico para a elaboração de uma proposta de curso EaD [...]”. A intenção da pesquisadora foi conjugar comunicação e saúde; gênero, sexualidade e violências, e educação à distância, para qualificar professores para estes temas. Para ela, a violência cultural representada pelo machismo é a que mais fragiliza a vítima e sua desconstrução pode e deve começar pela escola. A investigação iniciou-se pela análise das mediações no processo de recepção de imagens relacionadas às violências de gênero e por orientação sexual. Isso se deu por meio das

teorias da comunicação, dos Estudos Culturais especialmente, e das interlocuções de Martín Barbero, Guillermo Orozco Gómez e Inesita Araújo.

Ao aproximar essas leituras como possibilidade de construir práticas para os meios, a autora repensa o campo da educação e da comunicação tendo como parâmetro a construção da cidadania e a alteridade. Para contribuir com essa discussão, podemos citar trechos da entrevista de Orozco Gómez a Roseli Paulino da Universidade de São Paulo, em 1998, no qual o autor fala da necessidade da escola em redescobrir “seu papel distintivo como uma instituição cultural à frente das outras e em conjunto com as outras, só assim poderá realmente ter um papel relevante para as pessoas” (1998, p. 87). Expressa ainda sobre o uso das tecnologias nas práticas educacionais, “o problema da vinculação da educação com a comunicação não é assunto de técnica, não é assunto dos meios, é assunto de um projeto educativo, de metodologia pedagógica, de filosofia educativa” (idem, p. 86). E é por isso que o pensamento de Emmanuel Levinas a respeito da alteridade seria o mais próximo da condição de pensar o outro em sua diferença, não para objetivá-lo, mas para melhor acolhê-lo em sua diversidade.

Souza (2018) mapeou os projetos pedagógicos (PPP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para conferir a presença dos temas gênero e sexualidade, realizando a análise dos discursos presentes nesses documentos e nas entrevistas com os discentes dos cursos investigados.

Especificamente sobre violência contra a mulher, o PPP de Enfermagem apresentou um fragmento no texto da Disciplina: Enfermagem em saúde da mulher: ginecologia e obstetrícia; o curso de Curso de Licenciatura em História, campus de Marechal Cândido Rondon, por meio do Grupo de Pesquisa e Estudos de Gênero, vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero, que desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão acerca dos seguintes temas: “feminismo, história das mulheres, história das relações de gênero, sexualidade, educação e diversidade sexual, violência de gênero, violência doméstica, Lei Maria da Penha, história da família e infância” (SOUZA, p. 95). Entretanto, baseado na fala de discentes, esse autor alerta para o fato das práticas se apresentarem apenas de modo pontual.

Além de discursos acadêmicos, Silva, que defendeu sua dissertação em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, procurou explorar em sua pesquisa outros referenciais como fonte de produção de conhecimento social. Numa perspectiva crítica, seu objeto de estudo foram “as circularidades, ambiguidades e (in)visibilidades das questões de gênero, em particular da questão da diversidade

sexual na produção de conhecimento da Educação Ambiental Crítica Brasileira (SILVA, 2018, p. 19). Em uma de suas análises, Silva observa as contribuições pedagógicas de Enrique Dussel (1934-) e Paulo Freire (1921-1997) para as questões ambientais que, por meio da práxis teórica, oferecem meios à reflexão sobre o ético, o político e o pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.

A partir da Filosofia da Libertação, Silva busca refletir sobre a relação entre o eu e outrem no campo social. Para ele, Enrique Dussel (2000 apud SILVA, 2018), ao debater exclusão social, procurou “[...] considerar o sofrimento do outro a consequência de uma realidade escondida em que sujeitos subjagam outros (entendidos como inumanos, inferiores, não civilizados, por meio de relações desiguais e opressivas de poder).” (SILVA, 2018, p. 88).

Semelhante à Filosofia da Alteridade de Emmanuel Levinas (1906-1996), o processo de libertação se inicia na presença de outrem, em vê-lo para além do eu, o que exigirá na prática, respeito e responsabilidade para com ele. Neste sentido, ao considerar a natureza como elemento essencial para a atividade humana, a prática social e a ética ambiental seriam elementos indissociáveis para a libertação na formação social histórica, capazes de reconstruir sentidos a respeito dos fenômenos sociais e humanos para que possamos viver e conviver em humanidade.

Na concepção etnometodológica, vivemos em um processo cultural em que criamos e recriamos “estruturas sociais” por meio da construção de sentidos, e isso se faz a partir de diversos etnométodos, que são eles: práticas, atividades, discursos, linguagens etc. Por este meio de ver e pesquisar, Maia (2017) obteve o título de Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Tocantins, busca compreender os diferentes significados da expressão “ideologia de gênero” nos jornais regionais online do Tocantins e a repercussão disso nos planos municipais e estadual de educação.

Para o autor, criou-se uma confusão generalizada em torno da palavra “ideologia”, na qual se aceita o discurso de proteção da sociedade. da sexualidade precoce, da pedofilia e de outros males, quando na verdade a homofobia seria o principal motivo para desqualificar os estudos e teorias de gênero. Com isso, também “Desqualificam a luta das mulheres por igualdade e justiça. E ao mesmo tempo dizem que essa é uma luta, a luta da proibição dos debates de gênero na escola porque é uma proposta da Bíblia [...]” (MAIA, 2017, p. 107-108). Ou seja, seu estudo procurou demonstrar que, por trás dos discursos de proteger as crianças e os adolescentes, estava o propósito de manutenção de uma sociedade moralizada, moralizante e teocrática.

O oitavo texto analisado foi o que mais se aproximou das pretensões iniciais deste artigo, trata-se da tese defendida por França, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, no ano de 2018. Nela, a autora investigou os resultados de uma intervenção pedagógica realizada numa escola por meio de círculos de diálogos com professores e funcionários sobre representações sociais de gênero. Portanto, a autora problematiza suas ideias e práticas pedagógicas e cotidianas sobre gênero a fim de desconstruir discursos hegemônicos de que a mulher deve ser obediente e comportada, enquanto homens são sujeitos racionais mais capazes de assumir o poder, ou seja, romper com os discursos do patriarcado e da opressão das mulheres.

Por meio da metodologia de círculos dialógicos⁸, a pesquisa desenvolvida teve por objetivo aproximar as representações sociais sobre o eu, outrem e o mundo e o crescimento da polifasia⁹ A esse respeito, França (2018, p. 161) afirma que “As imagens, os textos e os vídeos nos permitiram argumentos de que nossas crenças e saberes são construções sociais que foram objetivadas em nossas memórias e são ancoradas nas nossas experiências e vivências”. Em consonância com esse autor, acreditamos que novas experiências, objetivações e ancoragens podem ser o caminho para a compreensão de nós mesmas.

O nono texto refere-se à dissertação de Oliveira (2016) ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nesta, o pesquisador analisa as produções de subjetividades de docentes e discentes de uma escola religiosa. Gênero, corpo e sexualidade foram as categorias analíticas eleitas para a pesquisa. Oliveira (2016) reflete sobre o papel das normatizações presentes no cotidiano da escola com base nas regras cristãs. Assim como no texto anterior, essa pesquisa também traz a relação entre papéis sexuais e hierarquia de gênero com a violência, “a desigualdade entre homens e mulheres desdobra-se e culmina nas diversas formas de violência contra a mulher, tendo suas raízes construídas em alguns mitos consolidados ao longo dos tempos.” (OLIVEIRA, 2016, p. 83). Evidenciando que a escola necessita abrir espaço de diálogos permanentes para discutir gênero e sexualidade, afinal, esse espaço não pode continuar sendo o lugar de propagação de ideias que alimentam preconceito e discriminação.

⁸ Os círculos dialógicos desenvolvidos na pesquisa de doutorado de França (2014) foram baseados numa perspectiva dialógica tendo como pano de fundo as Teorias das Representações Sociais (TRS), o círculo epistemológico de Aline Accorssi (2011) e o círculo de cultura de Paulo Freire (2009).

⁹ Termo usado na área da psicologia para definir imagens mentais.

Para Zanette (2018), a escola tornou-se alvo dos movimentos ultraconservadores, que visam desqualificar a democracia, a construção do pensamento crítico e reflexivo e a deslegitimação dos “Direitos Humanos”. E as consequências são desastrosas: “retiram a autonomia pedagógica dos docentes, barram o acesso das crianças à pluralidade de visões de mundo, bem como o investimento em ações educativas que possam diminuir a violência, [...]” (ZANETTE, 2018, p. 18). Pensando nisso, Zanette apresenta uma proposta de rede de (in)formação acerca das temáticas de gênero e sexualidade para famílias e educadoras(es) que atuam com crianças. Trata-se de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com objetivo de possibilitar práticas de valorização da diversidade e de liberdade de expressão para as crianças.

O último texto analisado neste estudo problematiza as construções discursivas de gênero relacionadas à presença feminina nos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica da Universidade Federal do Pará. A dissertação foi apresentada em 2016 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade, de autoria de Almeida. Numa perspectiva pós-estruturalista, essa pesquisadora procura dialogar com Foucault e estudos da sexualidade sobre o gênero enquanto categoria histórica, política e relacional para refletir sobre a inserção feminina nestas áreas predominantemente masculinizadas. Neste sentido, Almeida (2016) aponta que os currículos desses cursos necessitam passar por revisão quanto às práticas pedagógicas e acadêmicas, para que se discutam com mais propriedade preconceitos e discriminações existentes no meio social das ciências exatas, e para incluir os sujeitos, independentemente de gênero, raça, sexualidade, envolvendo a comunidade externa, os grupos minoritários, que ainda têm pouca representatividade.

Esses textos permitem refletir sobre as práticas pedagógicas como troca e aquisição de conhecimento a partir do contexto vivido pelos sujeitos, nos quais os objetivos devem envolver a consciência crítica dos participantes. O intuito é levar-nos à percepção, também, de que o cuidado com meninas e mulheres precisa estar presente como um projeto de emancipação da humanidade, ou seja, uma ação política. A violência de gênero, considerando a interseccionalidade, perpassa todas as relações sociais e tem dimensões próprias para cada grupo social, sendo a escola e a universidade e todos os espaços formativos importantes territórios para ações de eliminação das disparidades nas relações humanas e de enfrentamento da violência. Dar visibilidade e reconhecimento desses esforços em direção a um trabalho pedagógico crítico e responsável, de

experiências de prevenção, denúncia e combate da violência contra a mulher nos ambientes de aprendizagem é, sobretudo, um movimento de resistência, de desestabilização das estruturas hierárquicas e desiguais presentes em nossa sociedade e de construção de possíveis estratégias para a igualdade e alteridade.

5 Prevenção e enfrentamento: alguns avanços em meio à crise pandêmica

Hodiernamente, começam a ser publicadas em periódicos nacionais e internacionais, as primeiras experiências de enfrentamento à violência de gênero por parte dos atores sociais envolvidos na rede de apoio e proteção de mulheres e meninas. São contributos importantes para se pensar o período de pandemia e pós-pandemia, na educação e nos demais setores da vida social.

Em novembro de 2020, aconteceu a II Jornada Norte-Nordeste de Gênero e Sexualidade na Educação Profissional e o II Colóquio Marielle Franco de Direitos Humanos e Diversidade. Com o tema “Corpos interseccionais em luto e em luta”, este evento foi organizado e realizado na modalidade virtual. Conforme os Anais (PPGEP/IFRN, 2020), todos os seis Simpósios Temáticos do evento apresentaram alguma aproximação com situações de vulnerabilidade e desigualdade social neste período de crise humanitária e podem integrar o debate de como a configuração das estruturas sociais exacerba esta assimetria durante a pandemia, assim como as discussões de gênero, etnia e sexualidade e suas interseccionalidades na educação. Dentre as memórias deste evento, podemos destacar os seguintes trabalhos: Ideologia de gênero para quem estuda gênero: uma disciplina Gênero e Mídia como parte do currículo do Curso de Comunicação Social; Violência de gênero no contexto da Pandemia do COVID-19: reflexões sobre a interseccionalidade e a vulnerabilidade da mulher no Estado do Maranhão; Violência em relações patriarcais de sexo em Mossoró/RN - Assessoria Jurídica Popular, Teatro do Oprimido: relato de experiência do programa de extensão “Desconstruindo Amélia”; e, Violência de gênero na educação profissional: reflexões sobre o estado do conhecimento.

Outro contributo importante para a temática, publicado no ano de 2020, foi o livro “O impacto do COVID-19 nas políticas públicas” (FROTA; FROTA; SILVA, 2020). Nele, estão contidos artigos sobre os efeitos da pandemia sobre as Políticas Públicas locais e nacionais, com relação a todo o contexto de dificuldades econômicas e condições de vulnerabilidade e sofrimento da população que foram acentuadas ou surgiram com o processo de quarentena.

Na seara de estudos sobre violência de gênero, destacaram-se nesta obra os artigos: Violência contra a mulher e o uso de tecnologias: desafios impostos para as políticas públicas; COVID-19 e violência contra mulheres: paradoxos entre o isolamento social e a convivência com os parceiros íntimos; e, Da normalidade ao contexto de crise: de que forma a COVID-19 impacta na proteção e no empoderamento da mulher em Moçambique?

A intenção do capítulo “Violência contra a mulher e o uso de tecnologias”, de autoria de Martins, Araújo e Pinheiro (2020, p. 382) foi evidenciar tendências e perspectivas para a coibição e o atendimento à violência doméstica, com enfoque na aplicabilidade de tecnologias, e assim, elucidar os recursos tecnológicos como aliados em favor da segurança das mulheres e meninas. Entre as iniciativas mencionadas por elas, vale ressaltar o lançamento do botão de emergência no aplicativo de entrega Rappi, chamado “SOS Justiceiras”, que permite à usuária ser direcionada a profissionais específicos; a ferramenta *chatbot*, uma espécie de assistente virtual que se camufla como um contato de *Whatsapp* e oferece apoio e orientação; e o botão de denúncia no aplicativo Magalu, da Magazine Luiza, rede varejista brasileira.

Além de contributos acadêmicos e avanços tecnológicos em meio à pandemia, outra conquista para enfrentamento à violência de gênero, neste período, foi a aprovação do Senado do Projeto de Lei nº 1369, do ano de 2019, que criminaliza a perseguição ou *stalking*¹⁰, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma a provocar medo ou inquietação na vítima ou a prejudicar a sua liberdade de ação ou de opinião (BRASIL, 2021). Tratando-se de meninas e jovens, é imprescindível pensar nesta perseguição principalmente nas redes sociais e na internet. Segundo Sousa (2020, p. 9), o “chamado *cyberstalking* também tem sido reconhecido como uma forma de *stalking*, capaz de causar temor e dano psicológico em uma vítima, apesar de ser exercido somente no meio virtual”. Ela relata ainda, em seu estudo, dois casos emblemáticos envolvendo estudantes assassinadas por seus *stalkers*, ocorridos no Japão e nos Estados Unidos. A prática pode ser considerada, ainda, um crime, pois representa um meio para se chegar a outras violências e ao próprio feminicídio.

Assim como acontece com o fenômeno do *cyberbullying*, o *cyberstalking* também pode ser objeto de intervenções focais e preventivas no ambiente escolar. É possível encontrar nas práticas

¹⁰ O termo *stalking* deriva do idioma inglês, no qual a palavra *stalk* significa perseguir, ato de aproximar-se silenciosamente (da caça), atacar à espreita. Representa um padrão de comportamentos relacionado ao assédio. Envolve diversas formas de comunicação, contato, vigilância e monitorização de uma pessoa por parte do/a stalker (assediador) (GRANGEIA; MATOS, 2010).

pedagógicas midiáticas, auxílio e apoio na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero contra mulheres e meninas, como rodas de conversas virtuais, círculos dialógicos e restaurativos, fazer uso das mídias na pedagogia como uma tecnologia cultural, para envolver informação e comunicação, culturas plurais e alteridade, por uma sociedade mais justa e igualitária. Quando estas práticas buscam ressignificar papéis de gênero na contemporaneidade, demonstram a historicidade da divisão sexual do trabalho e atuam na transformação das relações atuais no contexto vivido. É preciso e urgente pautar este debate, principalmente no terreno da escola, espaço eminentemente dialógico e de práticas solidárias, este é o desafio e o horizonte.

6 Algumas considerações

Ao evidenciar, neste artigo, práticas que expressam a mídia como artefato de cultura no âmbito educacional, pudemos observar que elas podem estimular a reflexão acerca das estruturas hierárquicas e desiguais presentes em nossa sociedade, por meio da construção de estratégias para a igualdade e alteridade nas relações sociais, de enfrentamento da violência de gênero na educação e da produção coletiva de uma nova ordem de conhecimento da realidade e da natureza em que homem e mulher se constituem em humanidade.

Os textos analisados representam importantes estudos sobre questões de gênero na educação, e dão visibilidade a um tema tão fundamental como a expressão material da alteridade. A maior parte é fruto de pesquisas advindas de programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras. Trata-se de reflexões de diversas áreas, de maneira plural e diversa, para os estudos de gênero na educação, prevenção da violência na escola, construção da alteridade e formação para a sensibilidade e diversidade.

A partir desse *corpus*, pudemos refletir o quão importante é ensinar e aprender a respeitar as particularidades de outrem, sem repulsa ou exclusão, e que a alteridade precisa fazer parte da formação do sujeito para o exercício solidário na escola cidadã. Ao praticar os conceitos de alteridade nas práticas pedagógicas, estamos nos conectando por meio da ética e da responsabilidade.

A escola é um espaço plural de encontro das diferenças e da prática da alteridade em seus aspectos mais amplos. Hodiernamente, é importante que o debate em torno da temática de gênero e diversidade se amplie também para as relações entre mídia e educação. Assim como as mídias e as tecnologias na educação podem ser usadas para diferentes aprendizagens, elas também podem servir de apoio relativo ao cuidado, à segurança e à proteção de grupos sociais.

Semelhante a outras regiões do mundo, no Brasil e nos demais países da América Latina e Caribe, a violência em razão de gênero intensificou-se de forma gradativa até o momento, o próprio confinamento obrigou as mulheres a permanecerem em espaços não seguros, isoladas das redes de apoio e com novas barreiras de acesso aos serviços essenciais de proteção e enfrentamento à violência de gênero.

Sabemos que nem todas estão convivendo, neste momento pandêmico, em espaços seguros e nem em condições adequadas. Mas precisamos buscar garantir seus direitos fundamentais, sendo a violência contra mulheres e meninas violação dos direitos humanos e problema social grave de múltiplos determinantes, com origem na construção sócio-histórica e cultural das relações de poder e na assimetria entre os gêneros.

Esse artigo trouxe alguns caminhos possíveis, como é o caso de estratégias que envolvem a ampliação dos canais e recursos tecnológicos de denúncia, mesmo na pandemia, que incentiva meninas e mulheres a pedirem apoio e proteção diante de situações de violência. A defesa da mudança nas práticas e ações educacionais, introdução da temática da violência de gênero nos currículos escolares, reformulação de conteúdos transmitidos remotamente ou presencialmente, direta ou indiretamente, contendo temas relacionados às desigualdades sociais, de gênero, raça, classe. Pontuamos também a necessidade de ações concretas que promovam a cultura de paz, do respeito e da humanidade por meio de metodologias que conduzam ao diálogo e a mediação, é preciso e urgente ouvir o que o nosso semelhante tem a dizer. Todos esses caminhos podem promover um diálogo positivo, assertivo, criativo e inovador entre cultura, mídia, inclusão e educação, mas também demonstram a importância em se debater o trabalho pedagógico crítico e responsável no que tange à eliminação das disparidades nas relações humanas nos diferentes espaços da educação.

Ademais, ainda nos resta esperar, como insistia Paulo Freire (1921-1997), por uma educação que dê sentido ao conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmas e possa colaborar na construção de uma sociedade justa, fraterna, plural e diversa, contrariando toda a lógica da racionalidade técnica, envidando esforços para a constituição de uma cultura da e para a paz.

Referências Bibliográficas

ACCORSSI, A. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p.

ALMEIDA, E. de S. **Relações de gênero e seus efeitos discursivos na constituição de subjetividades nos cursos de engenharia do Campus Universitário de Tucuruí - CAMTUC/UFPA**. Belém, 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2016.

BAGGENSTOSS, G. A.; LI, L. P.; BORDON, L. G. Violência contra mulheres e a pandemia do COVID-19: insuficiência de dados oficiais e de respostas do estado brasileiro. **Direito Público**, [S.l.], v. 17, n. 94, nov. 2020. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4409>. Acesso em 20 maio 2021.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 227 p.

BRASIL. Plenário do Senado Federal. **Aprovação do Projeto de Lei nº 1369, de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providências. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8038760&ts=1615476749034&disposition=inline>. Acesso em 26 março 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. [Site institucional]. Disponível em <https://ouvidoria.mdh.gov.br/>. Acesso em 24 março 2021.

BRASIL. **Governo Federal** [Site institucional]. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em 24 março 2021.

CARNEIRO, S. (Coord.). **A Educação de meninas negras em tempos de pandemia** [livro eletrônico]: o aprofundamento das desigualdades / pesquisa Geledés Instituto da Mulher Negra. 1. ed. São Paulo: Geledés, 2021. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-de-meninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf>. Acesso em 19 maio 2021.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Enfrentar la violencia contra las mujeres y las niñas durante y después de la pandemia de COVID-19 requiere financiamiento, respuesta, prevención y recopilación de datos**. CEPAL, Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe, nov. 2020. Disponível em https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46422/S2000875_es.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

DANTAS, M. L. G. **Mediações sobre gênero, sexualidade e violências:** caminho metodológico para a elaboração de uma proposta de curso EaD no âmbito do Programa Saúde na Escola para o Plano para o Brasil sem Miséria. Rio de Janeiro, 2018. 215f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, 2018.

FERREIRA, M. de F. de J. A. Violência de gênero e institucional contra as mulheres: a importância da escuta qualificada e da capacitação profissional. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília.** 2019. Disponível em <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1042>. Acesso em: 24 março 2021.

FISCHER, R. M. B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 290-299, ago. 2007.

FRANÇA, F. F. **Representações sociais de gênero e sexualidade na escola:** diálogo com educadoras. Maringá, 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009. 149 p.

FROTA, F. H. da S.; FROTA, M. H. de P; SILVA, M. A. L. da. (Orgs.). **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas.** [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020, p. 408-432. Disponível em <https://storage.woese.com/documents/88ba515bf0e412e771d2e03307a213a70230590d.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

GRANGEIA, H.; MATOS, M. Stalking: Consensos e controvérsias. In: MACHADO, C. (Coord.). **Novos olhares sobre a vitimação criminal:** teorias, impacto e intervenção. Braga: Psiquilíbrios, 2010. p. 121-166.

GOMES, C. I. S. **Docentes, relações de gênero e sexualidades:** desdobramentos nas práticas pedagógicas. Juiz de fora, 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

GÓMEZ, G. O. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, D. de (Org). **Sociedade Midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27947-divulgacao-mensal-pnadcovid2.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 19 maio 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [Site institucional]. Disponível em <https://ods.ibge.gov.br>. Acesso em 19 maio 2021.

LIMA, A. L. M.; MORAES, L. L. de (Orgs.). Dossiê: A pandemia de COVID-19 na vida das mulheres. **Revista INTER-LEGERE**, v. 3, n. 28, maio/agosto de 2020. Disponível em <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28>. Acesso em 20 mar. 2021.

MORAES, D. R. da S. Novos rumos, desafios e aprendizagens frente a Pandemia/COVID-19: a educação e a escola em foco. In: MORAES, D. R. da S.; SUZUKI, J. C. BORGES, V. **Análises de uma pandemia: diálogos políticos e pedagógicos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 49-75. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/554>. Acesso em 20 mar. 2021.

MORAES, D. R. da S.; SUZUKI, J. C. BORGES, V. **Análises de uma pandemia: diálogos políticos e pedagógicos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 49-75. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/554>. Acesso em 20 mar. 2021.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. 3.ed. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa/Portugal: Edições 70, Ltd., 2015. 305 p.

MACHADO, C. S. Gênero, sexualidade e a importância de práticas pedagógicas interculturais. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, 2016, jan-abr, p. 177-191. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em 30 maio 2019.

MAIA, M. F. G. **O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins**. Palmas, 2017. 271 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Tocantins, 2017.

MARTINS, L. H. C.; ARAÚJO, B. D. L. de; PINHEIRO, M. J. M. COVID-19, violência contra a mulher e o uso de tecnologias: desafios impostos para as políticas públicas. In: FROTA, F. H. S.; FROTA, M. H. de P.; SILVA, M. A. L. da. (Orgs.). **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas**. [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020, p. 371-387. Disponível em <https://storage.woese.com/documents/88ba515bf0e412e771d2e03307a213a70230590d.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

MELO, C. da E. M. de; IVO, J. H. M. Da normalidade ao contexto de crise de que forma a COVID-19 impacta na proteção e no empoderamento da mulher em Moçambique? In: FROTA, F. H. da S.; FROTA, M. H. de P.; SILVA, M. A. L. da. (Orgs.). **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas**. [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020, p. 408-432. Disponível em <https://storage.woese.com/documents/88ba515bf0e412e771d2e03307a213a70230590d.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação e Sociedade**. Dossiê: Os saberes dos docentes e sua formação. Campinas, SP: Cedes, nº 74, Ano XXII, 2001, p. 27-42.

OLIVEIRA, C. J. de. **Escola religiosa e produções de subjetividades**: relações de gênero e sexualidade em um currículo escolar. São Cristóvão, 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2016.

PASINATO, W. (Coord.). **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da COVID-19**. Brasília: ONU MULHERES, jul. 2020. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf. Acesso em 27 março 2021.

PAULINO, R. A. F. Uma pedagogia para os meios de comunicação (entrevista com Guillermo Orozco Gómez). **Comunicação & Educação**, (12), p. 77-88, 1998. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i12p77-88>. Acesso em 30 de maio de 2019.

PPGEP/IFRN. **Anais da II Jornada Norte-Nordeste de Gênero e Sexualidade na Educação Profissional e o II Colóquio Marielle Franco de Direitos Humanos e Diversidade**, 19 e 20 de novembro de 2020, Natal, Brasil [recurso eletrônico]. Programa de Pós- Graduação da Educação profissional / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN, 2020.

PRANIS, K. **Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz**: Guia do Facilitador. Tradução de Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Departamento de artes gráficas; 2011. Disponível em https://site.mppr.mp.br/arquivos/Image/Nupia/guia_do_facilitador_de_circulo_da_paz_por_kay_pranis1.pdf . Acesso em 7 dez. 2020.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2 ed., 2008. 279 p.

SILVA, V. N. F. **A educação ambiental crítica no Brasil: as questões de gênero e da diversidade sexual, entre (in)visibilidade e dialogia**. São Cristóvão, 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SIMON, R. J. A pedagogia como uma tecnologia cultural. In: SILVA, T. T. da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Coleção Estudos Culturais em Educação. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 61-82.

SOARES, A. C. E. C.; CIDADE, C. de A. S.; CARDOSO, V. C. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Rio de Janeiro: Editora Bindi, 2020. Disponível em <https://www.editorabindi.com.br/maternidades-plurais>. Acesso em 20 mar. 2021.

SOUSA, C. S. de. ***Stalking* e violência de gênero: a criminalização do *stalking* como medida preventiva ao feminicídio.** Brasília, 2020. 47f. Monografia (Bacharel em Direito). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, 2020.

SOUZA, B. B. de. **Os discursos de gênero e sexualidade na formação de professoras/es.** Cascavel, 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2018.

UNESCO. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial.** Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Representação da UNESCO no Brasil, 2019. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>. Acesso em 14 junho 2019.

WARKEN, A. D. **Influências do ciberativismo dos movimentos sociais de gênero para formação de professoras/es.** Florianópolis, 2016. 82f. Monografia (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola). Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ZANETTE, J. E. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade.** Porto Alegre, 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

Artigo recebido em: 30.03.2021 Artigo aprovado em: 25.05.2021 Artigo publicado em: 30.06.2021